

A Estrutura da Mobilização Coletiva e Sua Contribuição Para a Análise dos Movimentos Sociais

The Structure of Collective Mobilization and Its Contribution to the Analysis of Social Movements

La Estructura de la Movilización Colectiva y su Contribución al Análisis de los Movimientos Sociales

ALMEIDA, Paul. *Social Movements: the structure of collective mobilization*. University of California Press, 2019.

Gustavo Paccelli¹

Nas últimas duas décadas, o estudo dos movimentos sociais tem crescido significativamente, impulsionado por avanços teóricos e empíricos na sociologia e áreas afins, bem como pelo aumento da ação coletiva em escala global. Nesse contexto, o livro de Paul Almeida constitui uma contribuição relevante ao oferecer uma tipologia abrangente das atividades dos movimentos sociais e discutir abordagens metodológicas que vão do nível micro ao macro da ação coletiva. Organizada em dois grandes blocos, a obra apresenta, de um lado, os principais aportes teórico-metodológicos e seus subcampos; de outro, uma análise das principais abordagens sobre os movimentos. Na conclusão, Almeida sugere direções futuras para a pesquisa e destaca os desafios enfrentados por grupos socialmente excluídos no século XXI.

No primeiro capítulo, Paul Almeida enfrenta uma das questões centrais nos estudos sobre ação coletiva: a definição de movimento social. Para o autor, a definição de movimento social que mais se adequa com o seu trabalho é: *um movimento social é uma coletividade excluída em interação sustentada com elites econômicas e políticas que buscam mudança social*. Essa definição enfatiza o caráter *outsider* desses grupos em relação às estruturas institucionais de poder e sua mobilização por meio de repertórios que articulam táticas convencionais e não convencionais. A distinção analítica proposta por Almeida delimita os movimentos sociais em contraste com atores institucionais, como partidos políticos, organizações não governamentais ou grupos de lobby, ainda que estes, em certos contextos, possam emergir de processos de mobilização coletiva. A exclusão dos canais formais de influência política, econômica e institucional é, portanto, o elemento estruturante que motiva e configura a ação dos movimentos sociais segundo essa abordagem. É notório, porém, que Almeida se respalda em três elementos centrais na agenda de pesquisa da *contentious politics* para definir o conceito utilizado para compreender os movimentos sociais: 1) a ação sustentada contra as elites, 2) a

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF (PPGCSO-UFJF).

exclusão social e 3) as ameaças como dimensões-chave na caracterização da atividade do movimento social.

Mas como estudar os movimentos sociais? Essa é a questão sobre a qual Almeida apresentará, no capítulo 2, uma tipologia dos tipos de movimentos sociais e quais as abordagens necessárias para o seu estudo. De acordo com o autor, existem seis níveis ou tipos de ações de movimentos. Em escala crescente, seria a seguinte: 1) formas cotidianas de resistência; 2) movimentos de base local; 3) movimentos sociais nacionais; 4) ondas de protestos; 5) movimentos revolucionários; e 6) movimentos transnacionais. As *formas cotidianas de resistência* envolvem atos de dissensão e descumprimento por indivíduos ou pequenos grupos contra fontes de injustiça próximas. São contextos opressivos onde as ações ocorrem a partir de micro-atos de resistência por intermédio das *armas da fraqueza* (*weapons of the weak*). Pequenos roubos, fofocas nas aldeias, desaceleração no trabalho, descumprimento e vandalismo de equipamentos agrícolas, são exemplos dessas formas de protestos, as quais, por algum tempo, foram subnotificadas pelos estudiosos dos movimentos sociais.

Os *movimentos de base locais* representam uma luta a nível local ou regional por objetivos específicos e limitados e, geralmente, tem uma oferta restrita de recursos organizacionais internos. Sua característica definidora é o fato de serem lutas locais com foco em questões locais, com membros voluntários decorrentes de comunidades próximas. Eles se identificam a partir de sua própria região e sua identidade está ligada a um território. Por sua vez, os *movimentos sociais nacionais* representam amplas lutas envolvendo grande parte do território com a presença de organizações formais ou federações de redes afiliadas. Estes possuem recursos internos e uma ampla gama de objetivos voltados à reforma social e política e à mudança de atitudes públicas. Esses movimentos surgiram a partir da expansão dos sistemas políticos representativos na Europa Ocidental em meados do século XIX. A expansão geográfica e o aumento nas tarefas administrativas fizeram do Estado o lócus para os grupos reivindicarem suas queixas. Movimentos sociais nacionais de longa duração frequentemente se mobilizam em formas de campanhas.

As *ondas de protestos* ocorrem quando vários movimentos sociais ou grupos sociais se envolvem em protestos agrupados em um determinado tempo e abrangendo uma ampla fronteira geográfica. Durante as ondas de protestos muitos setores da sociedade participam e empregam táticas cada vez mais conflituosas. Assim, uma onda de protesto representa uma rápida expansão da ação do movimento social em escala geográfica, diversidade de grupos participantes e quantidade de atividades disruptivas. As pesquisas sobre ondas de protestos se concentram no surgimento das ondas, na dinâmica interna e difusão dentro de um ciclo e nos resultados políticos e culturais deixados após a disputa em larga escala. Já os *movimentos revolucionários* têm como objetivo principal a derrubada de um regime político existente e das instituições que governam determinada população. Esses movimentos geralmente emergem a partir de um Estado repressivo e considerado pela população como ilegítimo. Sua dinâmica leva a formação de coalizões entre classes.

Os *movimentos transnacionais* são mobilizados em pelo menos duas nações ou mais. Enquanto os movimentos revolucionários podem ser classificados como a forma mais

intensiva de mobilização, os movimentos transnacionais são mais extensos. Almeida reserva aos movimentos transnacionais, no decorrer da história, a característica de mobilizações que ocasionaram influências importantes a diversos países ao redor do globo. Assim, no século XVIII temos movimentos políticos que exigiram constituições nacionais e democracia em toda a Europa. No século XIX, movimentos se mobilizaram em vários países contra a escravidão, pelo direito de voto das mulheres e movimentos trabalhistas que forjaram laços além das fronteiras nacionais. No final do século XX, um aumento acentuado dos movimentos transnacionais com as novas tecnologias de comunicação pela internet e as crescentes preocupações e problemas sociais de ordem planetária.

Em termos de escala, Almeida consegue, com certo esforço, organizar uma tipologia dos movimentos sociais. Entretanto, a nuance entre movimentos transnacionais e revolucionários não é muito bem delineada. Ainda que seu esforço seja reconhecer que devido ao grau de abrangência das ações desses movimentos podemos estabelecer um parâmetro de atuação, o autor não apresenta, de modo contundente, a qual categoria pertencem os movimentos transnacionais, se eles são densas redes de movimentos sociais a nível global – e aí a sua magnitude – ou se são, na história, parte de movimentos revolucionários.

Nos capítulos 3 e 4, Paul Almeida realiza uma revisão crítica das principais teorias dos movimentos sociais, evidenciando como essas abordagens orientam a compreensão da dinâmica da ação coletiva ao destacar fatores causais centrais, como recursos, oportunidades políticas, ameaças e estratégias de enquadramento. Partindo das formulações clássicas associadas à modernização até alcançar modelos contemporâneos, o autor ressalta a relevância das contribuições advindas da teoria dos novos movimentos sociais, sobretudo no que tange à mobilização de identidades coletivas interseccionais e à incorporação das emoções como elementos constitutivos da ação. Além disso, enfatiza-se o uso recente dessas ferramentas teóricas para explicar mobilizações conservadoras e reacionárias voltadas a frear transformações sociais progressistas. No capítulo seguinte, Almeida volta-se à análise das condições de emergência e difusão dos movimentos, enfocando como estruturas organizacionais, recursos e identidades coletivas se articulam de maneira desigual no tempo e no espaço. Argumenta-se que lideranças e ativistas, por meio da agência política, buscam superar essas desigualdades construindo solidariedades e infraestruturas capazes de sustentar campanhas voltadas à contestação da ordem político-econômica vigente.

Nos capítulos 5 e 6, Paul Almeida aprofunda duas dimensões fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais: os processos de enquadramento e os mecanismos de recrutamento. No primeiro caso, o autor destaca como os enquadramentos funcionam como mediações cognitivas e culturais entre as estruturas sociais de desigualdade e o desencadeamento da ação coletiva, permitindo aos ativistas construir diagnósticos da realidade social por meio de linguagens compartilhadas, símbolos e narrativas mobilizadoras. Esses processos fornecem as bases ideológicas e interpretativas que orientam a mobilização, tornando visíveis formas de exclusão e vulnerabilidade. No segundo eixo, Almeida questiona as abordagens tradicionais sobre a participação em movimentos sociais, que costumavam associá-la a déficits psicológicos ou momentos de desintegração social. Em contraposição a

essas leituras psicossociais, o autor propõe uma análise mais ampla e relacional da participação, que leva em conta variáveis estruturais, redes de interação, repertórios culturais e elementos emocionais que incidem sobre a decisão de engajamento individual ou coletivo.

A partir da década de 1960, os estudos sobre movimentos sociais passaram por uma inflexão analítica significativa. Inicialmente centradas em explicações psicossociais — que vinculavam a participação coletiva a desajustes emocionais, frustrações relativas ou comportamentos de massa — as pesquisas começaram a incorporar uma diversidade de fatores estruturais, organizacionais e ideacionais capazes de explicar, com maior precisão, os mecanismos que levam indivíduos a se engajarem em ações coletivas. Autores como Mancur Olson (1965) e Charles Tilly (1978) inauguraram uma agenda teórica preocupada com os custos e incentivos da ação coletiva, colocando em evidência a importância da mobilização de recursos, das redes organizativas e da coordenação estratégica para o sucesso das mobilizações. Posteriormente, o desenvolvimento da *teoria do processo político* (McAdam, 1982; Tarrow, 1997) agregou à análise elementos contextuais como as oportunidades e ameaças políticas, ampliando as condições causais para a emergência e continuidade dos movimentos.

Já nos anos 1980 e 1990, com o amadurecimento do campo, houve uma maior atenção às dimensões subjetivas da participação, como valores, crenças e identificações coletivas. Nesse contexto, emergem conceitos como *sympathy pool* (Klandermans, 1984), que designa o conjunto de indivíduos com predisposições favoráveis a um movimento, mas que ainda não se converteram em participantes ativos. A conversão da simpatia em participação depende de múltiplos fatores, entre os quais se destacam: a trajetória biográfica (McAdam, 1988), as crenças ideológicas, os vínculos associativos, as experiências prévias de mobilização, as redes sociais de proximidade e, mais recentemente, os dispositivos de comunicação mediados por tecnologias digitais (Bennett & Segerberg, 2013). Dessa forma, o engajamento político passou a ser concebido não como um ato isolado, mas como resultado de um processo relacional e situado, dependente tanto da estrutura de oportunidades quanto da capacidade dos ativistas de construir significados compartilhados (Snow & Benford, 1988).

Ademais, as questões ligadas à participação constituem um eixo fundamental nos estudos sobre movimentos sociais, articulando-se de modo estreito com os debates sobre a emergência, a difusão e a institucionalização das mobilizações coletivas. Embora a incorporação de variáveis estruturais e ideacionais tenha ampliado o escopo explicativo da participação, é possível observar que grande parte da produção teórica ainda está voltada às formas mais rotineiras e microsociais de engajamento, especialmente nos contextos de baixa intensidade de mobilização. Tal enfoque se conecta com os estudos sobre redes de recrutamento, dinâmicas de socialização militante e repertórios de ação quotidiana (Passy, 2003), contribuindo para uma compreensão mais densa das condições que sustentam a continuidade de movimentos em contextos adversos.

Por fim, uma das questões centrais que atravessa o campo refere-se aos impactos gerados pelas mobilizações sociais. Campanhas, ondas de protestos, revoluções ou ações de menor escala são investigadas a partir de seus efeitos nas estruturas normativas, institucionais ou simbólicas. Assim, a atenção analítica volta-se não apenas para os resultados formais —

como mudanças legislativas ou institucionais – mas também para os efeitos difusos na cultura política, nas identidades coletivas e nos valores sociais (Amenta et al., 2010).

No capítulo 7, Almeida dedica-se à análise dos resultados e impactos dos movimentos sociais, tema central nos estudos contemporâneos sobre ação coletiva. Sua argumentação parte do entendimento de que os movimentos operam como vetores de transformação social, não apenas catalisando mudanças, mas também expressando reconfigurações mais amplas nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, compreender os efeitos sociais e políticos das mobilizações populares — tanto em termos de êxito quanto de fracasso — revela-se crucial para o mapeamento de suas consequências duradouras, inclusive sobre sujeitos que não participam diretamente das lutas. A partir da literatura especializada, o autor sistematiza três grandes grupos de fatores explicativos do sucesso dos movimentos: 1) os fatores estratégicos internos, como as estratégias de enquadramento (*framing strategies*), táticas disruptivas/novas (*disruptive/novel tactics*), infraestrutura organizacional duradoura (*enduring infrastructure*); 2) os aliados externos e coalizões, que envolvem desde categorias profissionais e religiosas até partidos e mídia; e 3) os fatores políticos contextuais, como conflitos entre elites, apoio da opinião pública e a presença de contramovimentos. No entanto, ainda que essa tipologia ofereça um instrumental relevante para a análise empírica, ela repousa sobre uma concepção funcionalista de ação coletiva, excessivamente ancorada na mensuração objetiva dos resultados de movimentos. Tal perspectiva corre o risco de subestimar os efeitos menos visíveis, porém politicamente significativos, das mobilizações — como a constituição de subjetividades políticas, o fortalecimento de redes de solidariedade ou a reconfiguração de repertórios discursivos. Além disso, ao tratar de forma ainda marginal os contramovimentos conservadores, o autor deixa em aberto uma dimensão crucial do campo contemporâneo de disputas políticas: a forma como forças reacionárias se articulam para deslegitimar e neutralizar avanços sociais progressistas. Com efeito, em uma análise crítica dos impactos dos movimentos sociais deveríamos avançar para além da lógica binária de sucesso/fracasso, incorporando as experiências e sentidos atribuídos pelos próprios atores mobilizados, bem como os efeitos difusos e cumulativos das lutas sociais no tecido institucional e simbólico das sociedades democráticas (Silva & Pereira, 2020).

O capítulo 8 destaca a importância de deslocar o foco dos estudos dos movimentos sociais para a mobilização no Sul global, uma contribuição relevante frente à predominância historiográfica do Norte global, que tradicionalmente associa a emergência dos movimentos a processos lineares de modernização, urbanização e consolidação do Estado-nação. Almeida reconhece que a heterogeneidade sociocultural, as trajetórias históricas específicas e os contextos econômicos e políticos próprios dos países do Sul global impõem desafios analíticos que transcendem essas categorias eurocêntricas. A repressão estatal, as cicatrizes do colonialismo e as formas autoritárias específicas — acompanhadas das estruturas de resistência baseadas em infraestruturas organizativas civis e redes transnacionais — compõem um cenário complexo onde os movimentos sociais operam não apenas como agentes de transformação, mas também como atores que enfrentam a erosão dos direitos e a intensificação das desigualdades globais. Este reconhecimento aponta para a necessidade de ampliar o quadro teórico para além das abordagens tradicionais, incorporando as dinâmicas

locais e globais, inclusive na articulação entre movimentos e contramovimentos, cujas disputas definem as arenas políticas contemporâneas.

Apesar da robusta revisão bibliográfica e da clareza na exposição das dinâmicas de mobilização, o diagnóstico de Almeida sobre os desafios atuais, tais como a crise ecológica, a desigualdade econômica e o avanço do autoritarismo, peca por uma certa insuficiência teórica, sobretudo na integração das dimensões da economia política e das dinâmicas de classe no entendimento dos processos de ação coletiva. A análise permanece centrada no campo da política contenciosa, privilegiando fatores estratégicos e estruturais relacionados diretamente à mobilização, mas sem aprofundar as interdependências entre capitalismo, coesão e fragmentação das elites econômicas e políticas, e os processos mais amplos de transformação social. Tal limitação é especialmente problemática diante da evidência, destacada por autores latino-americanos, de que os contramovimentos conservadores e reacionários não apenas reagem às mobilizações progressistas, mas também se estruturam em resposta a esses fenômenos, articulando disputas simbólicas, culturais e institucionais que atravessam as sociedades globais desiguais.

A obra de Almeida oferece uma contribuição valiosa ao consolidar as principais abordagens teóricas e empíricas dos movimentos sociais, com particular mérito na incorporação do Sul global à análise, mas ainda deixa em aberto a questão sobre a capacidade desses instrumentos teóricos para abarcar esses fenômenos às complexas dinâmicas da sociedade capitalista globalizada. A compreensão dos movimentos sociais, e especialmente de seus resultados e contramovimentos, exige uma reflexão interdisciplinar que articule política, economia, cultura e sociabilidade em suas múltiplas dimensões temporais e espaciais. Assim, o desafio contemporâneo reside em ampliar o horizonte analítico para diagnosticar com maior precisão os processos de mediação e conflito que estruturam as mobilizações sociais e suas respostas conservadoras, sobretudo no contexto das crises multidimensionais do século XXI e na heterogeneidade dos contextos do Sul global.

Referências

- AMENTA, Edwin; CAREN, Neal; CHIARELLO, Elizabeth; SU, Yang. The political consequences of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 36, p. 287–307, 2010.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. *The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KLANDERMANS, Bert. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilization theory. *American Sociological Review*, v. 49, n. 5, p. 583–600, 1984.
- McADAM, Doug. Micromobilization contexts and recruitment to activism. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 125–154, 1988.
- McADAM, Doug. *Political process and the development of Black insurgency, 1930–1970*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PASSY, Florence. Social networks matter. In: Diani, Mario; McAdam, Doug (org.). *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 21–48.

SILVA, Marcelo Kunrath; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Movimentos e contramovimentos sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 8, n. 19, p. 136–163, 2020.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 197–217, 1988.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.